

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – *CAMPUS* FLORESTAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

ARTHUR VIANA VIEIRA

**ESPORTE UNIVERSITÁRIO EM ASCENSÃO, ESTRATÉGIAS E MODELOS DE
GESTÃO ESPORTIVA: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

FLORESTAL, MINAS GERAIS

2022

ARTHUR VIANA VIEIRA

**ESPORTE UNIVERSITÁRIO EM ASCENSÃO, ESTRATÉGIAS E MODELOS DE
GESTÃO ESPORTIVA: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para na disciplina EFF497-Trabalho de Conclusão, como requisito para obtenção do título de Licenciado em Educação Física da Universidade Federal de Viçosa – Campus Florestal - Minas Gerais.

Orientadora: Marcília de Sousa Silva.

FLORESTAL, MINAS GERAIS

2022

PAGINA DE ACEITE

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as pessoas que levantam a bandeira e lutam pela educação, que todos os dias colocam o futuro dos jovens em primeiro lugar, nobres cidadãos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que nunca permitiu que eu estivesse só, colocando anjos em minha vida, principalmente nos momentos mais difíceis. Agradeço aos meus familiares que são meus maiores incentivadores, minhas melhores amigas e os mais acolhedores. Agradeço em especial a minha avó, que sonhou essa conquista e me apoiou desde o primeiro dia. A minha mãe pelos ensinamentos empíricos para ser um homem independente. Ao meu pai que sempre foi o meu melhor amigo, com quem eu posso contar para tudo. Ao meu irmão meu parceiro leal. Agradeço a minha noiva linda que ao meu lado escolheu ficar, e com quem eu divido os melhores momentos da minha vida. Aos meus professores da universidade que contribuíram com a minha excelente formação, em especial a minha orientadora que sempre me ajudou quando eu precisei. Ao meu mentor que me deu oportunidades únicas para complementar meu currículo. Agradeço aos meus amigos que foram e são presentes, vocês tornaram tudo mais divertido, a cidade de Florestal que me recebeu e onde pude viver momentos inesquecíveis, e por fim, a UFV que foi a minha casa durante 5 anos.

“Aos que o tratam como vício, falta o conhecimento sobre uma experiência que se inicia muito cedo na existência humana, ainda de forma lúdica, e que pode vir a ser um meio de distinção, não apenas social, mas acima de tudo, humano.

Qualificam-no como ópio do povo por desconhecerem sua potência educativa, que, no limite, também transforma a sociedade. Porque essa prática proporciona em quem a experimenta o poder da transcendência e do limite da humanidade, seja na conquista de uma marca nunca atingida, seja na realização de um gesto perfeito, divino... Nenhum espetáculo é mais humano do que a inclassificável emoção da derrota, essa sim demasiadamente humana.”

Rubia, Katia

RESUMO

A prática esportiva nas universidades já se mostrou essencial para o desenvolvimento dos estudantes, possibilitando expandir seu campo de aprendizado e suas capacidades de interação social, além de aliar-se ao cuidado com a saúde, também contribuem para o desenvolvimento das instituições de ensino e da comunidade no geral. Por meio de um estudo de caráter qualitativo exploratório, constituído por revisão de literatura, o objetivo desse estudo é compreender em produções acadêmicas científicas elementos que contribuem para o debate sobre o esporte universitário no Brasil. Para tal busquei identificar estudos que analisam o contexto do esporte universitário no Brasil; entender como o esporte universitário tem sido estruturado nas instituições de ensino superior e; compreender as formas de gestão esportiva nas universidades. Ao final, fez-se uma síntese do conteúdo recolhido. Conclui-se que não existe uma normatização sobre a gestão do esporte nas universidades, o que permite que cada uma determine qual a importância da prática competitiva de esportes e como vão incluí-la em seus modelos de gestão institucional. Pode-se concluir que a gestão universitária carece de leis mais específicas, pois não existe uma normatização sobre a gestão do esporte nas universidades que contemplem as práticas diferenciando-as de acordo com suas formas, o que permite que as IESs determinem qual a importância da prática competitiva de esportes e como vão incluí-la em seus modelos de gestão institucional.

PALAVRAS-CHAVE: Esporte Universitário. Gestão Esportiva. Políticas Públicas. Modelos de Gestão.

ABSTRACT

Sports practice in universities has already proved essential for the development of students, making it possible to expand their field of learning and their social interaction skills, in addition to allying themselves with health care, also contributing to the development of educational institutions and the community in general. Through an exploratory qualitative study, consisting of a literature review, the purpose of this study is to understand in scientific academic productions elements that contribute to the debate about university sports in Brazil. To this end, I sought to identify studies that analyze the context of university sports in Brazil; understand how university sport has been structured in higher education institutions and; understand the forms of sports management in universities. At the end, a synthesis of the collected content was made. It is concluded that there is no standardization on the management of sport in universities, which allows each one to determine the importance of competitive sports practice and how they will include it in their institutional management models. It can be concluded that university management lacks more specific laws, because there is no standardization on sports management in universities that contemplate practices differentiating them according to their forms, which allows The IESs to determine the importance of competitive sports practice and how they will include it in their institutional management models.

KEYWORDS: University Sport. Sports Management. Public Policy. Management Models.

LISTA DE SIGLAS

IES – Instituição de Ensino Superior

UNIP – Universidade Paulista

UFV – Universidade Federal de Viçosa

UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá

IOC – *International Olympic Committee*

FISU - *Fédération Internationale Du Sport Universitaire*

NCAA - *National Collegiate Athletics Association*

U.S. IUSF - *United States for the International University Sports Federation*

IMGP-EU - Mapeamento da Gestão Pública - Esporte Universitário

FUE – Federação Universitária Estadual

JUBs – Jogos Universitários Brasileiros

GD – Gestão Discente

GI – Gestão Institucional

A.A.A. – Associação Atlética Acadêmica

PST – Programa Segundo Tempo

CEFE – Centro de Educação Física e Esportes

ÍNDICE DE TABELAS

QUADRO 01: Comparação dos elementos principais que integram os sistemas esportivos nacionais pesquisados (FERREIRA, 2007).

QUADRO 2: Princípios Norteadores do Esporte (TUBINO, 2010 apud GOMES, 2013).

QUADRO 3: Composição do Sistema Brasileiro do Desporto
(Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998)

QUADRO 4: Dados e respostas do questionário sobre estrutura. (XAVIER, 2019)

QUADRO 5: Dados e respostas do questionário sobre Processos. (XAVIER, 2019)

QUADRO 6: Dados e respostas do questionário sobre Estratégia. (XAVIER, 2019)

Quadro 7: Características básicas das organizações do Esporte Universitário.
(XAVIER, 2019)

QUADRO 8: Referente aos principais fatores definidos pelos autores que interferem no planejamento da gestão do esporte universitário. (BARBOSA, 2017)

QUADRO 9: Conteúdo do instrumento “Inventário de Mapeamento da Gestão Pública - Esporte Universitário” e seus Eixos Temáticos. (BARBOSA, 2017)

QUADRO 10: Esquema da estrutura organizacional das entidades envolvidas no Esporte Universitário brasileiro. (BARBOSA, 2014)

QUADRO 11: Comparação de rendimento entre as IES Públicas e Privadas de acordo com as 3 Divisões do JUB's (2013, 2014 e 2015). (BARBOSA, 2017)

QUADRO 12: Tipos de vínculos dos setores de esporte com as IES
(TOLEDO, 2006 apud MANDARINO, 2013) (BARBOSA, 2017)

QUADRO 13: Relação dos modelos de gestão do esporte e o setor responsável.
(BARBOSA, 2017)

QUADRO 14: Relação de estrutura física para à prática de esportes encontrada nas IES. (BARBOSA, 2017)

QUADRO 15: Nível de disponibilidade de espaços esportivos. (BARBOSA, 2017)

QUADRO 16: Nível de conservação dos espaços.

QUADRO 17: Características básicas e gestão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	OBJETIVOS	11
2.1	Objetivo Geral	11
2.2	Objetivos Específicos.....	11
3	METODOLOGIA.....	11
4	O ESPORTE MODERNO	12
4.1	Estados e entidades administrativas do desporto	13
4.2	Esporte no Brasil	15
5	Esporte Universitário.....	18
5.1	Esporte Universitário no Brasil.....	25
5.1.2	Instituições de Ensino e Modelos de Gestão Esportiva	27
5.1.3	Interferências do Estado: Legislação e Financiamento	31
6	ANÁLISE E DISCUSSÃO.....	33
6.1	Críticas ao Esporte Universitário	33
6.2	Instituições Observadas	36
	Universidade Paulista – UNIP.....	37
	Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI.....	38
	Universidade Federal de Viçosa – UFV.....	39
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
	REFERÊNCIAS.....	43

1 INTRODUÇÃO

As práticas esportivas e de atividades físicas já se mostraram essenciais para a melhoria de qualidade de vida da sociedade, aliando-se aos cuidados com a saúde, beneficiando o processo de ensino-aprendizagem, contribuindo com o controle das tensões sociais e diminuição da criminalidade, democratizando oportunidades, proporcionando práticas de lazer de qualidade, gerando possibilidades de desenvolvimento econômico, e muitos outros benefícios que caberiam em um estudo a parte. “Princípios básicos para alcançar o bem-estar social e físico almejado para cada ser humano, como por exemplo: respeito, disciplina, dedicação, aceitação social, trabalho em grupo, organização pessoal, ética e estilo de vida saudável podem ser grandemente fortificados através da prática esportiva” (LIMA, 2010, *apud* SANTOS, 2021).

Quando presentes em ambiente escolar, universitário ou qualquer outro cenário estudantil, encontram-se ainda mais benefícios que essas práticas proporcionam. A prática constante de esportes, além de oferecer muitos benefícios para a saúde física, ajuda na melhoria do bem-estar mental. Podendo aumentar a eficiência de raciocínio, atenção, capacidade de memorizar e a percepção do estudante, da mesma maneira como estimula o rendimento acadêmico, o autocontrole de seus sentimentos e emoções, auxilia no combate contra a depressão e ansiedade. (ASSIS, 2007, *apud* CUTRIM, 2019, *apud* SANTOS, 2021)

Desde muito jovem me envolvi com atividades esportivas, inclusive de caráter competitivo, fosse através de equipes escolares ou clubes, podendo desfrutar de muitos dos benefícios mencionados anteriormente, e ao ingressar na universidade não foi diferente.

Ao longo da minha experiência universitária no curso de Educação Física da Universidade Federal de Viçosa – Campus Florestal, pude me envolver com muitos projetos referentes às práticas de atividades físicas e esportivas, fossem recreativas ou competitivas. Através da Associação Atlética Acadêmica LUVE – Campus Florestal, que é uma entidade movida por estudantes que busca representar a instituição em competições esportivas universitárias oficiais e não oficiais, participei diretamente da

gestão, equipe técnica e como atleta, experimentando assim um pouco do atual cenário competitivo do esporte universitário no Brasil.

Minha afinidade pela área me despertou o interesse de entender como essa cultura tem se desenvolvido no Brasil e no mundo, como o esporte universitário é organizado e se associa aos programas esportivos nesses países, principalmente dos que são destaques olímpicos, sob a hipótese de que o esporte universitário contribui grandemente para a formação dos atletas que representam esses países. Além disso, entender o cenário geral das práticas desportivas nas universidades em todas suas formas. Foram essas as motivações que me fizeram levantar as questões que norteiam esse presente estudo: Como o esporte universitário tem sido tratado? Como tem sido a gestão do esporte universitário?

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

O objetivo desse estudo é compreender em produções acadêmicas científicas elementos que contribuem para o debate sobre o esporte universitário no Brasil.

2.2 Objetivos Específicos

Identificar estudos que analisam o contexto do esporte universitário no Brasil; entender como o esporte universitário tem sido estruturado nas instituições de ensino superior e; compreender as formas de gestão esportiva nas universidades.

3 METODOLOGIA

Este estudo configurou-se em revisão de literatura, de caráter qualitativo exploratório, com coleta de dados por meio de pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica constitui-se em busca nas bases de dados de *Google Scholar*, *Researchgate*, *Library*, *Scielo* e *Google*, utilizando-se dos seguintes descritores: Esporte Universitário, Estado, Modelos de Gestão, Estratégias de Gestão, Administração Esportiva, Brasil, políticas públicas.

Foram analisados materiais bibliográficos, fontes primárias como periódicos, conteúdo digital no formato de *blogs*, sites oficiais de instituições de ensino superior e de entidades de organização do esporte universitário. A partir dessa busca, encontraram-se 15 trabalhos, dentre teses, dissertações e artigos, selecionando a partir da leitura do resumo aqueles que apontavam dados de análises e contextos históricos a respeito do tema.

O método de análise qualitativa dos dados que foi abordado nesta pesquisa é a Análise de Conteúdo (FRANCO, 1994). A característica principal desta análise é a realização de inferências (características do texto, causas e antecedentes da mensagem e feitos da comunicação). Segundo Bauer e Gaskel (2002) a análise de conteúdo não deve se restringir a uma análise estatística das características do texto, é necessário dar uma atenção ao tipo e qualidade dele. Portanto, a análise de conteúdo é uma técnica para produzir inferências sobre seu contexto. Este método foi utilizado para melhor ler e interpretar dados qualitativos e possui a vantagem de realizar uma abordagem objetiva e sistêmica dos dados.

Considerando a minha experiência na gestão do esporte universitário, selecionei 3 instituições que me despertaram o interesse de entender sobre suas formas de gerir o esporte na universidade, buscando analisar de forma empírica em seus sites oficiais informações pertinentes que possibilitassem esse entendimento e realizando inferências sobre as informações encontradas. O motivo pelo qual se escolheu essas IESs se deu pelos seguintes fatos:

- a) UNIP – IES privada considerada uma das maiores do Brasil, destaque em competições oficiais.
- b) UNIFEI – É uma IES pública menor que oferece cursos específicos na área tecnologia, mas que se destaca em competições oficiais.
- c) UFV – É uma das maiores IES pública do Brasil e é na qual me insiro.

4 O ESPORTE MODERNO

Pode-se afirmar que o esporte é um dos fenômenos culturais mais expressivos da atualidade. Sem dúvida, o esporte faz parte hoje, de uma ou de outra forma, da vida

da maioria das pessoas em todo o mundo. Assim como o capitalismo, o esporte expandiu-se pelo mundo e tornou-se a “expressão hegemônica no âmbito da cultura corporal de movimento. Hoje ele é, em praticamente todas as sociedades, uma das práticas sociais que reúne a unanimidade quanto à sua legitimidade social” (BRACHT, 2005).

Segundo Bracht (2005), o esporte moderno é resultado de um processo de modificação de jogos com caráter lúdico, praticados pelas classes populares inglesas, em atividades de movimentos corporais com caráter competitivo praticados nas escolas públicas, sendo regulamentados e assumindo as formas (características básicas) do esporte moderno. (BRACHT, 2005)

Este fenômeno esportivo inicia-se em meados do século XVIII e se intensifica no final do século XIX e início do XX, com estas características, se popularizou no mundo da cultura corporal de movimento, “tornando-se sua expressão hegemônica, ou seja, a cultura corporal de movimento se esportivizou” (BRACHT,2005).

A consolidação do esporte moderno, principalmente no século XX, se deu também pelo movimento olímpico, a internacionalização do esporte se deu principalmente pela disseminação do olimpismo moderno. Além disso, se deve a ele a vinculação entre o esporte e a nação, derivando-se daí uma forte politização do esporte (BRACHT, 2005).

Este processo de expansão, acarretou um processo de diferenciação, ou seja, o conceito de esporte parece precisar dar conta de atividades, que “pelo seu grau de diferenciação, estão a exigir adjetivações do tipo: esporte de alto rendimento ou de rendimento, esporte de lazer, esporte educativo etc” (BRACHT, 2005).

4.1 Estados e entidades administrativas do desporto

Juntamente ao crescimento da popularidade dessa nova tendência esportiva, também houve o surgimento do setor esportivo, que se caracteriza pelo desenvolvimento das entidades de organização, regularização, fomento, e mercantilização da prática esportiva. O esporte também foi estimado pelos Estados, “que nas sociedades capitalistas tem por função básica garantir a reprodução do capital” (BRACHT, 2005).

Fundado no primeiro Congresso Olímpico de Paris, em 1894, o COI é o líder do movimento Olímpico e o guardião dos Jogos Olímpicos. Sendo mediador e colaborando para o desenvolvimento do Jogos em toda a comunidade olímpica. (COI)

É possível afirmar que o COI é a principal entidade de organização do desporto no mundo, e em colaboração com outras entidades moldam o esporte na forma que o conhecemos. “Rapidamente o olimpismo fez difundir a ideia de que o rendimento esportivo objetivamente mensurado simbolizava também o poder de uma nação. Esta vinculação atraiu o interesse do poder público, dos governos no fomento do esporte e na melhoria da performance de suas representações esportivas” (BRACHT, 2005).

Estados do mundo todo institucionalizaram o esporte e o utilizam como ferramenta de desenvolvimento do bem-estar social, integrando-o ao processo de formação continuada da população, garantindo sua prática em todas suas formas como um direito e/ou necessidade individual. Reconhecem as entidades de administração do desporto e legitimam suas ações, atuando de forma cooperativa a elas para estruturar projetos esportivos educacionais, de lazer e de rendimento.

Ferreira (2007), comparou políticas públicas nacionais de diversos países, os resultados conferem-se a seguir:

Elementos	Comparação dos sistemas esportivos nacionais
Organização esportiva e participação do estado	Participação alta: 5 países (Austrália, China, Cuba, França e Rússia); Participação média/alta: 2 países (Alemanha e Espanha); Participação média: 2 países (Brasil e Portugal); Participação baixa: 1 país (Estados Unidos)
Participação da ciência do esporte	Participação alta: 4 países (Alemanha, Austrália, China e Rússia); Participação média/alta: 3 países (Cuba, Estados Unidos e França); Participação média/baixa : 3 países (Brasil, Espanha e Portugal)
Participação do sistema educacional	Participação alta: 5 países (Austrália, China, Cuba, Estados Unidos e Rússia); Participação média/alta: 2 países (Alemanha e França); Participação média : 1 país (Espanha); Participação média/baixa : 2 países (Brasil e Portugal)
Sistema de apoios	Apoios altos: 4 países (Alemanha, Austrália, China e Estados Unidos); Apoios médio/altos: 4 países (Cuba, Espanha, França e Rússia); Apoios médios: 1 país (Portugal) Apoios médio/baixos: 1 país (Brasil)
Infra-estruturas e recursos materiais disponíveis	Alto padrão: 4 países (Alemanha, Austrália, China e Estados Unidos), Padrão médio/alto: 3 países (Espanha, França e Rússia), Padrão médio: 3 países (Brasil, Cuba e Portugal)

Quadro 01: Comparação dos elementos principais que integram os sistemas esportivos nacionais pesquisados (FERREIRA, 2007).

O autor ainda acrescenta, que os Estados Unidos são a única nação de todos os países pesquisados que não possui um órgão máximo esportivo governamental voltado

para o esporte de alto rendimento. Esta função é assumida pelo Comitê Olímpico Americano (USOC).

De uma forma geral, o estado desempenha um papel pouco relevante e o financiamento resulta maioritariamente de patrocínios e doações da iniciativa privada através de uma lei de isenção de impostos que data de 1950. (FERREIRA, 2007).

Diante disso, é possível afirmar que as políticas públicas são indispensáveis para alcançar altos níveis de desenvolvimento esportivo, servindo para estabelecer relações mais estratégicas entre os setores envolvidos. Além disso, o esporte é considerado como um bem cultural pela população, estes que assumem uma responsabilidade social com o esporte, de forma a cooperarem com o seu desenvolvimento.

Segundo Januário *et. al* (2009), existe uma necessidade de as instituições serem mais criativas e inovadoras, seja quanto a gestão, seja na definição de novas políticas e estratégias visando “uma mudança nas pessoas e na sociedade”.

Curado (2006) *apud* Parente (2011) também destaca que existe a necessidade de inovar na organização e na forma de intervenção na gestão do esporte. Essa é uma das medidas mais importantes para se vislumbrar uma prática esportiva que alcance resultados a longo, médio e curto prazo. (BARBOSA, 2017)

4.2 Esporte no Brasil

O esporte em geral se desenvolveu na sociedade sem uma intervenção mais direta do Estado até a década de 1940. A intervenção estatal mais centralizadora, no que diz respeito ao esporte, iniciou-se no ano de 1941, consolidando-se nas décadas seguintes, devido ao momento político que vivia o Brasil, governado por governos ditatoriais. Com a abertura democrática de 1980, novas relações entre Estado e sociedade no âmbito do esporte e do lazer surgiram. O esporte e o lazer passaram a ser reconhecidos como direito dos cidadãos e a organização esportiva passou das mãos do Estado à sociedade, através da autonomia das entidades esportivas (STAREPRAVO *et al.*, 2010).

Através da promulgação da lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, se instituiu normas gerais sobre desporto e dá outras providencias. Nela, a prática desportiva é reconhecida como um direito individual, seja de maneira formal - é regulada por normas

nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade, aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto - e não-formal - é caracterizada pela liberdade lúdica de seus praticantes -. Decreta-se também através da lei, os princípios básicos do desporto e de sua exploração e gestão na sua forma profissional, que se caracteriza como exercício de atividade econômica.

Isso aproximou a relação entre Estado, esporte e as entidades administrativas do esporte, que estabeleceram uma relação neocorporativista, onde “o Estado dá às organizações esportivas um reconhecimento público e as vezes as sustenta, mas em troca delega-lhes funções públicas e falas participantes nas decisões referentes às políticas públicas para o setor esportivo” (BRACHT, 2005).

A lei nº 9.615/98 também reconhece as seguintes manifestações do desporto: Desporto educacional; de participação; de rendimento (organizado e praticado de modo profissional e não profissional) e; de formação.

Servem essas subdivisões para facilitar o mecanismo de elaboração de estratégias de gestão do Estado e suas instituições e das entidades de desenvolvimento do esporte, estes que basicamente de forma conjunta formam o “Sistema Brasileiro do Desporto” que é explicado na lei, cujo objetivo é “garantir a prática desportiva regular e melhorar-lhe o padrão de qualidade.”

Segue abaixo um quadro que faz uma síntese das Formas de Exercício do Esporte no Brasil, suas Divisões e Princípios (TUBINO, 2010 *apud* GOMES, 2013):

ESPORTE NO BRASIL					
FORMAS DE EXERCÍCIO DO DIREITO AO ESPORTE	Esporte-Educação		Esporte-Lazer	Esporte de Desempenho	
DIVISÕES DAS FORMAS DE EXERCÍCIO DO DIREITO AO ESPORTE	Esporte Educacional	Esporte Escolar	Esporte Lazer	Esporte de Rendimento	Esporte de Alto Rendimento
PRINCÍPIOS	Participação Co-Educação Cooperação Co-Responsabilidade de Inclusão	Desenv. Esportivo Desenv. do Espírito Esportivo	Participação Prazer Desenv. Esportivo	Desenvolvimento Esportivo Superação	

Quadro 2: Princípios Norteadores do Esporte (TUBINO, 2010 *apud* GOMES, 2013).

Diante a capacidade de rentabilização através do esporte, principalmente o de rendimento, Estado e entidades passaram a desenvolver projetos e medidas para

fomentá-lo e desenvolvê-lo nessa forma. Isso gerou muitas críticas, pois já que o dinheiro público seria usado para o esporte, que fosse então direcionado as formas nas quais a maioria da população de fato desfruta de sua prática, que são na forma educacional e de participação.

Com essas críticas pressionando as ações governamentais, começou-se a pensar em novas formas de regulamentar o direcionamento de recursos para o esporte, agora focados nas vertentes educacionais e de lazer, e quando feitas ao rendimento, que fosse para ajudar na representação do país internacionalmente, e para a organização do esporte de formação e iniciação esportiva através de projetos sociais.

Dessa forma, podemos entender a composição do Sistema Brasileiro do Desporto, diante a lei nº 9.615 de 24 de março de 1998, mais conhecida como “lei Pelé”, da seguinte forma:



Fonte: do próprio autor Quadro 3: Composição do Sistema Brasileiro do Desporto
(Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998)

De forma genérica, o Estado assume o papel de desenvolver o desporto através da administração de recursos para infraestrutura esportiva de qualidade pública, para material esportivo e humano em projetos sociais e escolares, reconhecendo a

importância e promovendo a formação de profissionais da área e incentivando os jovens que se encontram no esporte através de bolsas e/ou outras formas de recompensa, além de colaborar com entidades privadas para alcançar objetivos mais expressivos em termos de desenvolvimento social através do esporte e alcance de resultados.

5 Esporte Universitário

Conceituando este eixo esportivo, de acordo com Veloso (2005), o desporto universitário é qualquer prática de esporte, seja ela voltada para o lazer (participação), educação ou desempenho, praticado por alunos matriculados em uma Instituição de Ensino - IES. (BARBOSA, 2017).

O surgimento deste segmento esportivo no mundo se deu por meio de ações isoladas e autônomas que partiram dos próprios estudantes. Esse processo histórico pode ser dividido em 3 etapas, segundo Barbosa (2017):

A primeira etapa se fundamenta através do surgimento de manifestações das prática de alguns jogos realizados após a fundação das universidades italianas mais antigas que datam do século XVIII; no segundo momento, que decorre no século XIX, aconteceram as primeiras competições esportivas na Inglaterra entre as universidades de Cambridge e Oxford; o terceiro, demarcado no início do século XX, se concretiza com a internacionalização das competições e a criação das primeiras confederações e federações universitárias, que Parente (2011) considera como a institucionalização do desporto estudantil (BARBOSA, 2017).

Em alguns países, seu foco principal pode ser diferente. Por exemplo, nos Estados Unidos, onde o eixo mais representativo de esporte universitário é o esporte de desempenho, que é descrito como aquele praticado segundo regras gerais do esporte, nacionais e internacionais, de forma seletiva, com a finalidade de obter resultado (BARBOSA, 2017).

A prática esportiva competitiva dentro da Universidade pode ser considerada como um parâmetro de qualidade para a escolha das IES pelos alunos. Para isso, os projetos esportivos no ambiente universitário devem atingir o maior número de participantes possíveis, sempre levando em conta suas diferentes formas (esporte

desempenho, recreação e educacional). A Universidade é encarada como um lócus de referência, portanto todas as atividades nela produzidas devem possuir um altíssimo grau de qualidade (BARBOSA, 2017).

No Cenário mundial, a *Fédération Internationale Du Sport Universitaire* (FISU), entidade de organização do desporto reconhecida pelo *International Olympic Committee* - IOC desde 1961, é o principal impulsionador do esporte universitário em todo o mundo. A FISU acredita que os valores esportivos e a prática esportiva funcionam em perfeita sincronia com os estudos. (FISU)

Como uma das pontes onde a universidade encontra o esporte, a FISU está em uma posição única para moldar vidas de jovens e impactar seus futuros. A visão da FISU é um mundo onde os líderes da sociedade são positivamente influenciados por sua experiência esportiva universitária. (FISU)

O fato é que uma porcentagem muito pequena de jovens atletas passam a ganhar a vida com o esporte profissional. De acordo com a NCAA – provavelmente o sistema de esportes universitários mais forte do mundo – menos de dois por cento dos estudantes-atletas se tornam atletas profissionais. O restante se trata de acadêmicos que se preparam para a vida profissional após a faculdade. (FISU).

Os atletas têm o direito de combinar desporto e ensino superior, mas a realidade é que existem grandes diferenças no reconhecimento das políticas de "estudante-atleta" e na disponibilidade de programas e serviços de carreira dupla em todo o mundo. (FISU).

Nos Estados Unidos, a *National Collegiate Athletics Association* (NCAA) é a principal instituição representante do desporto universitário no país. Com mais de 100 anos, supera 1.250 Instituições de Ensino Superior (IES) associadas, com mais de 500 mil estudantes-atletas, que compõem mais de 19 mil equipes divididas em três divisões, que contemplam 24 modalidades esportivas e 90 competições de alto nível que são transmitidas mundialmente, fazendo dos Estados Unidos referência no Esporte Universitário. (NCAA)

Enquanto a Confederação Brasileira de Desporto Universitário - CBDU – entidade oficial de organização e representação no esporte universitário brasileiro reconhecida pelo Estado – tem como origem de seus recursos repasses de um

percentual arrecadado através das loterias, movimentando assim cerca de 10 milhões de reais por ano. Já a NCAA já chegou a arrecadar 1 bilhão de dólares através da venda dos direitos de transmissão, Ingressos, produtos e patrocinadores. Enquanto a CBDU busca administrar seus recursos para melhorar o nível e a organização de seus eventos e serviços prestados, a NCAA financia programas estudantis e projetos de infraestrutura na comunidade acadêmica do país, sendo assim referência em termos organizacionais e alvo de programas de intercâmbio estudantil por todo o mundo.

Ainda nos EUA a *United States for the International University Sports Federation* - U.S. IUSF, é responsável pela representação internacional dos EUA no desporto universitário e, assim como a CBDU, está filiada à FISU (XAVIER, 2019).

Estudos voltados para a realidade do Esporte Universitário ainda são escassos na literatura. Portanto, conhecer a fundo o modelo vigente de Gestão do Esporte universitário brasileiro e comparar com o modelo de gestão de um país com maior representatividade no esporte universitário como um todo é um exercício que pode contribuir para a elaboração e implementação de novas propostas para desenvolver o desporto universitário no nosso país (XAVIER, 2019).

Seguindo essa proposta, Xavier realizou um estudo sobre as entidades de organização do desporte do Brasil e Estados Unidos, a fim de comparar seus modelos de gestão, se baseando em 3 dimensões organizacionais apresentadas por Galbraith (2011): (a) estrutura, que é o organograma e divisão do trabalho; (b) processos, que são as ferramentas utilizadas e comunicação; e (c) a estratégia, que é a definição de propósito, metas, visão, missão e valores da instituição. Os resultados encontrados foram:

O Quadro 4 apresenta dados referentes a origem e finalidade de recursos, além de organograma, áreas de trabalhos e número de funcionários que possuem as organizações universitárias no Brasil e Estados Unidos, dados importantes para se conhecer a estrutura dessas entidades esportivas. (XAVIER, 2019).

Item	CBDU	U.S. IUSF	NCAA
Origem dos recursos financeiros	Patrocínio privado, inscrições nos eventos, Governo Federal e programas subsidiados pelo governo.	Patrocínio privado, inscrições nos eventos e doações.	Patrocínio privado, inscrições em eventos, vendas de ingresso, direitos de marketing e televisivos.
Finalidade dos recursos financeiros	Organização de eventos, funcionários, marketing, atividades internas e manutenção da sede.	Atividades internas, manutenção da sede, viagens e competições internacionais.	Organização de eventos, funcionários, marketing, apoio às IES, manutenção da sede, bolsas de estudo, programas de assistência a estudantes e atividades internas da empresa.
Organograma oficial e funcional	Não	Não	Sim
Organograma disponível às mídias sociais	Não se aplica	Não se aplica	Sim
Áreas de trabalho	Administrativo, Financeiro, Departamento Técnico, Marketing, T.I, Eventos, Médico e Imprensa.	Conta com trabalho voluntário para realizar todo o processo administrativo.	Administrativo, Financeiro, Gestão de pessoas, Comunicação e Marketing, T.I, Departamento Médico, Política e Governança, Competições e Comitês, Educação e Comunidade, Centro de Elegibilidade, Divisões, Operações e Voluntariado.
Número de funcionários	20-40	0-20	400-500

Quadro 4: Dados e respostas do questionário sobre estrutura. (XAVIER, 2019)

Em relação aos processos, buscou-se entender se existe algum embasamento para a gestão e ferramentas utilizadas em cada organização, conforme mostra o Quadro 5. Nesta, investigou-se, ainda, se as informações estão disponíveis para os clientes e demais partes interessadas, de forma transparente.

Item	CBDU	U.S. IUSF	NCAA
Modelo de Gestão	Sim, modelo do Comitê Olímpico Brasileiro (COB)	Não	Estratégica
Ferramentas de Gestão	Pesquisa de satisfação, controle de resultados, gerenciamento de redes sociais.	Uma empresa contratada utiliza ferramentas.	Planejamento estratégico, controle de resultados.
Divulgação de resultados e processos transparentes no site	Sim	Não	Sim

Quadro 5: Dados e respostas do questionário sobre Processos. (XAVIER,2019)

Para identificar a presença de uma gestão estratégica, os itens pesquisados e aplicados no questionário referiram-se ao público-alvo, missão, visão e valores (MVV) e planejamento estratégico, conforme mostra a Quadro 6.

Item	CBDU	U.S. IUSF	NCAA
Público-alvo	Atletas Universitários e FUES.	Alunos atletas, Universidades e Federações Esportivas.	Atletas Universitários, Universidades e Departamento de Esporte das Universidades.
Planejamento Estratégico	Não	Sim	Sim
Missão, Visão e Valores	Sim	Sim	Sim
Principais parceiros	Governo Federal Brasileiro, Banco Itaú, Onza e COB.	NCAA, NAIA, NCJACDA e outras associações esportivas universitárias.	Turn Sports, CBS Sports, Capital Onde, Coca Cola, Allstate, Amaznonecho, Bling, Buffalo Wild Wings, Buick, Enterprise, Infiniti Lowe's, LG, Nabisco, Northwestern Mutual, Reese's, Unilever.

Quadro 6: Dados e respostas do questionário sobre Estratégia. (XAVIER, 2019)

Ferreira, Cardoso, Corrêa e França (2011) evidenciam que o tipo da organização, a proveniência dos recursos financeiros e estrutura, são itens que compõem características básicas das organizações e fundamentais para sintetizar os aspectos da gestão. Por fim, no Quadro 7 são apresentadas as características de cada uma das organizações estudadas com relação a esses aspectos. (XAVIER, 2019)

Características básicas	CBDU	U.S. IUSF	NCAA
Tipo da Organização	Associação privada sem fins lucrativos	Associação privada sem fins lucrativos	Associação privada sem fins lucrativos
Recurso Financeiro	Governamental	Privado	Privado
Estrutura	Parcialmente definida	Não definida	Bem definida
Autoridade	Centralizada	Centralizada	Descentralizada
Comunicação	Não definida	Informal	Vertical
Gestão	Não definida	Estratégica	Estratégica

Quadro 7: Características básicas das organizações do Esporte Universitário. (XAVIER, 2019)

Diante seu estudo de comparação do modelo brasileiro ao estadunidense, concluiu que o Esporte Universitário brasileiro não se baseia em um modelo de gestão estratégica e, desta forma, é necessário definir a estrutura organizacional, um propósito e traçar um planejamento estratégico, para assim potencializar o desenvolvimento da CBDU. (XAVIER, 2019).

Xavier (2019) também explica que o desenvolvimento atual das organizações do Esporte Universitário americano se sustenta devido se basearem em uma gestão estratégica, conduzindo seus recursos, estrutura, ações, resultados e produtos. A origem dos recursos destinados às organizações norte-americanas, que é privado,

garante autonomia e necessidade constante de resultados esportivos e financeiros, possibilitando manter o nível organizacional.

Ainda sobre a potencialização do desenvolvimento do esporte universitário no Brasil, não só da CBDU, é válido considerar a fala de Gomes (2013) onde diz que os órgãos superiores responsáveis pela gestão do esporte universitário no Brasil, deveriam unir universidades e entidades estudantis para um projeto de implantação de núcleos esportivos nas instituições, com o objetivo de estruturar o esporte na comunidade universitária, investindo no esporte como forma de contribuir para o desenvolvimento pleno dos estudantes através da elevação de sua consciência. (GOMES, 2013)

Xavier (2019) e Barbosa (2017) ressaltam que são escassos os estudos na área de gestão do esporte universitário no Brasil, destacando serem necessários estudos sobre como o esporte é incluído nos modelos de gestão das universidades, e quais estratégias são adotadas para realizar uma gestão eficiente e que recolhe bons resultados.

De acordo com os autores Veloso (2005) e Rios (2015), que estudaram sobre o esporte universitário na Universidade do Porto, existem diversos fatores que servem de parâmetro para planejar ou mensurar o sucesso na gestão do desporto universitário. Segue abaixo uma compilação das duas propostas dos autores:

VELOSO (2005)	RIOS (2015)
Laboratório de testes Rentabilidade por publicidade e imagem Existência de Equipes Federadas Instalações Esportivas Forma de Captação de Recursos Bolsas de mérito esportivo Nível de desporto escolar na região	Participantes Recursos Humanos Gestão Financeira Comunicação e publicidade Avaliação e controle de qualidade Associativismo Estudantil Reconhecimento Esportivo

Quadro 8: Referente aos principais fatores definidos pelos autores que interferem no planejamento da gestão do esporte universitário. (BARBOSA, 2017)

Nessa perspectiva, na busca de determinar fatores que interferem no planejamento da gestão do esporte universitário, Barbosa (2017) apresentou uma forma de mapear esses fatores, intitulado Inventário de Mapeamento da Gestão Pública - Esporte Universitário (IMGP-EU), que é composto por um questionário de 55 perguntas (abertas e fechadas), que é estruturado da seguinte forma:

EIXOS TEMÁTICOS	CONTEÚDOS CENTRAIS	QTD DE QUESTÕES
1. INFORMAÇÕES SOBRE O GESTOR RESPONSÁVEL	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Perfil do gestor esportivo ▪ Experiência e formação acadêmica 	06
2. INFORMAÇÕES SOBRE A IES	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Localidade ▪ Quantidade de alunos ▪ Quantidade de cursos ▪ Quantidade de campus 	10
3. CARACTERÍSTICAS DA GESTÃO DO ESPORTE NA UFES	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Modelo de gestão ▪ Características do setor responsável ▪ Recursos Humanos ▪ Publicidade ▪ Avaliação ▪ Associativismo Estudantil 	19
4. ESTRUTURA FÍSICA PARA A PRÁTICA ESPORTIVA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Quantidade de estrutura física ▪ Nível de estrutura física ▪ Disponibilidade dos espaços físicos 	05
5. VERBAS E FORMAS DE FINANCIAMENTO PARA O ESPORTE	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fontes de financiamento ▪ Bolsas para atletas (mérito esportivo) ▪ Estimativa de orçamento anual para esporte 	06
6. PROJETOS ESPORTIVOS DESENVOLVIDOS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Projetos desenvolvidos ▪ Expectativa de público atendido ▪ Principais modalidades praticadas ▪ Filiações a federações ▪ Avaliações e teste físicos ▪ Incentivo a equipes não federada ▪ Reconhecimento a nível estadual e nacional 	09

Quadro 9: Conteúdo do instrumento “Inventário de Mapeamento da Gestão Pública - Esporte Universitário” e seus Eixos Temáticos. (BARBOSA, 2017)

Considerando os fatores abordados pelos autores que representam, em suas visões, características importantes no cenário de gestão esportiva universitária, tanto de entidades de administração quanto de instituições de ensino, é possível identificar indicadores de que cada vez mais as pesquisas científicas em relação a gestão do desporto universitário tem dado conta de estabelecer norteadores para a elaboração de estratégias e, num futuro breve, políticas públicas que envolvam esse segmento esportivo de maneira mais consolidada, proporcionando um desenvolvimento de sua estrutura econômica, representação cultural e de seus valores sociais.

5.1 Esporte Universitário no Brasil

“As primeiras manifestações do Esporte Universitário no Brasil ocorreram no final do século XIX com as competições realizadas no *College Mackenzie*, no estado de São Paulo, entre estudantes do mesmo estado” (STAREPRAVO *et al.*, 2010).

Durante o governo de Getúlio Vargas, inicia-se a segunda fase do Esporte Universitário no Brasil, na qual o Estado era o controlador do Esporte Universitário e centralizador das principais ações administrativas (GOMES, 2014). Nesta época, foi criada a primeira entidade acadêmica esportiva universitária, a Confederação Universitária Brasileira de Esportes (CUBE). Contudo em 15 de setembro de 1941, mediante o Decreto de Lei nº 3.617, criou-se a Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU), que substituiu a CUBE. (XAVIER, 2019)

Atualmente, segundo Barbosa (2017), “a organização do esporte universitário ocorre de forma piramidal” e é composta principalmente pelas Federações Universitárias Estaduais (FUEs) e a Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU) para organização de competições oficiais de Esporte Universitário voltadas para o rendimento, que são oferecidas aos atletas e às Instituições de Ensino Superior (IES) em nível estadual e nacional. Além disso, a CBDU tem o papel de representar o Brasil em competições universitárias oficiais internacionalmente. A forma piramidal que se organiza o esporte universitário no Brasil descrita por Barbosa (2017) é a seguinte:



Quadro 10: Esquema da estrutura organizacional das entidades envolvidas no Esporte Universitário brasileiro. (BARBOSA, 2014)

Considerando a organização do Sistema Brasileiro de Desporto, a CBDU integra o Sistema Nacional do Desporto – que tem por finalidade promover e aprimorar as práticas desportivas de rendimento – como entidade nacional de administração do desporto vinculada ao COB, ou seja, integra o subsistema específico do Sistema Nacional de Desporto. Enquanto as FUEs e IES integram o Sistema Nacional do Desporto apenas como entidades regionais de administração do desporto e entidades de prática desportiva filiadas.

De acordo com o Estatuto atualizado da CBDU (CBDU, 2014), esta instituição é uma pessoa jurídica de direito privado e tem forma de associação sem fins lucrativos, sendo constituída por entidades filiadas de administração estadual do esporte universitário, as FUEs. A CBDU tem por principal finalidade planejar organizar, coordenar, dirigir e controlar, em todo o país, a prática do esporte e do paradesporto universitário, em harmonia com o sistema do esporte em todas as suas manifestações. Para isso, são 27 FUEs – 26 estaduais e 1 distrital - filiadas que promovem anualmente os campeonatos estaduais universitários, e ainda garantem a participação das universidades e instituições de ensino superior (IES), do seu estado, nas competições nacionais do calendário CBDU. Desde inscrições em competições a convocações para eventos internacionais, o contato com as universidades e com os atletas é realizado por meio das FUEs. (BRACHT, 2019)

Ao todo, são mais de 80 mil estudantes participando das competições universitárias estaduais e nacionais e, em relação ao número de estudantes matriculados em IES no ano de 2016, divulgado pelo Censo da Educação Superior os atletas representam 1% (INEP, 2017). Esses estudantes competem por 618 IES (68% privadas e 32% públicas) cadastradas no sistema da CBDU, das quais apenas 328 IES participam regularmente das competições nacionais. (CBDU, 2016)

Durante os 80 anos da CBDU, grandes nomes do esporte deixaram sua marca, como: Bernardinho, Daniele Hypolito, Daiane dos Santos, Fernando Scherer, Joanna Maranhão, Tiago Camilo, Maurren Maggi, Arthur Nori, Arthur Zanetti e tantos outros. Isso pode indicar que o nível das competições universitárias pode se assimilar ao nível das competições profissionais.

Desde 2018, todas as competições do calendário recebem o nome de JUBs, que juntas formam a temporada do anual. Assim, em um único ano há diversos JUBs. No JUBs Conferências, o primeiro colocado de cada Fase Estadual disputa o título regional. Aqui, participam as modalidades de quadra: basquete, futsal, voleibol e handebol. Ao todo são 4 Conferências Regionais: Norte, Nordeste, Sul e Sudeste. No JUBs Modalidades, 22 modalidades esportivas são divididas em 5 eventos ao longo do ano: JUBs Futebol, JUBs Rugby 7, JUBs Praia, JUBs Lutas e JUBs Futebol 7 Society, Basquete 3x3, Raquetes e Xadrez. (CBDU)

E por fim, o JUBs Fase Final, maior evento realizado pela CBDU que, só em 2019, na 67ª edição, reuniu mais de sete mil participantes de todo o país. Ao longo dos anos, o JUBs cresceu e se estruturou no que hoje é conhecido como a maior competição universitária da América Latina. (CBDU)

A partir disso, veem-se sinais de que a CBDU tem desenvolvido seus modelos de gestão, ganhando popularidade e aumentando o nível de suas competições, contudo, ainda não se pode afirmar se a CBDU é capaz de manter suas ações de forma independente, sem os recursos a ela destinados, que tem origem de repasse de uma arrecada através das loterias.

5.1.2 Instituições de Ensino e Modelos de Gestão Esportiva

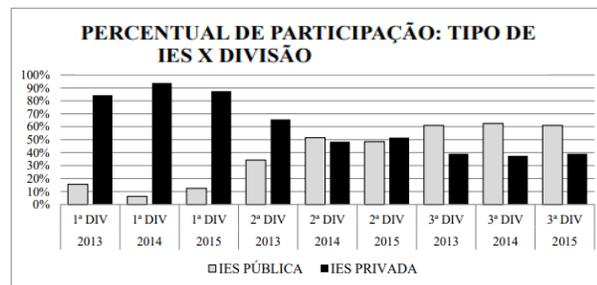
Segundo o Art. 207 da Constituição Federal é garantido uma “autonomia administrativa” e de gestão financeira para todas as Universidades Brasileiras. Este pode ser um dos motivos pelos quais encontramos um cenário bastante diversificado entre as IES. De um lado, algumas bastante preparadas, com infraestrutura e apoio privado e, de outro lado, outras, com pouca capacitação, orçamento limitado, falta de rubrica que determine os gastos com esporte, poucos espaços físicos etc. É necessário ampliar as discussões sobre uma política que garanta diretrizes norteadoras que direcionem um maior investimento, contratação de pessoal capacitado para a gestão etc. (AZEVEDO, 2008)

Existem diferenças primordiais entre as Universidades que afetam o nível de desempenho entre as equipes, como diferença na forma de ingresso dos alunos nas universidades públicas e privadas. Enquanto a primeira tem seu processo de ingresso

fechado, por meio de vestibulares, sem possibilidade de facilitação ou apoio na entrada de atletas, a segunda tem todas as condições de dar apoio aos atletas na intenção de convencê-lo a ingressar na IES e de “vestir a camisa” de sua universidade, uma questão de publicidade e busca de melhores resultados. (BARBOSA, 2017)

Em um estudo de Toledo (2006), o autor mostra que, os fatos que diferenciam as IES Públicas das IES Privadas é que as instituições Privadas usam o esporte como marketing, divulgando sua marca e atraindo novos alunos. Desta forma, transformam o esporte em um “bom negócio”. (BARBOSA, 2017).

Interessante para ilustrar essa diferença são os dados coletados por Barbosa (2017) sobre a participação das IESs em algumas edições do JUBs, identificando o número de instituições privadas e públicas por divisão, a seguir os dados que foram apresentados:



Quadro 11: Comparação de rendimento entre as IES Públicas e Privadas de acordo com as 3 Divisões do JUB's (2013, 2014 e 2015). (BARBOSA, 2017)

Segundo Barbosa (2017), no esporte universitário brasileiro, existem dois tipos de gestores esportivos referentes às IES conhecidos até então: o Gestor Discente (GD) e o Gestor Institucional (GI).

GESTÃO DISCENTE: é aquele no qual toda a responsabilidade de se planejar e executar o esporte dentro da universidade está ligado diretamente na responsabilidade de alguns representantes dos discentes, de diferentes cursos da instituição, organizados por meio de uma AAA. Geralmente, a AAA está respaldada por um estatuto e todas as ações esportivas dependem do contexto em que estes representantes estão inseridos.

GESTÃO INSTITUCIONAL: O segundo modelo de gestão desportiva universitária existente possui um gestor profissional, especializado na área, contratado

pela instituição para coordenar a área esportiva da IES. Em ambos os modelos de gestão pode-se encontrar uma característica pessoal, estudada pela psicologia do esporte, que pode ser determinante para o sucesso na elaboração de projetos e coordenação de equipes esportivas: a liderança e a forma como ela são percebidas pelo líder e seus liderados.

Ainda sobre essas diferenças, Toledo (2006) reforça o discurso de uma ligação direta entre os departamentos de esportes e diretoria de planejamento das IES (em sua maioria IES particulares). Segundo o autor, dependendo da estrutura organizacional da universidade, o esporte pode estar subordinado às instâncias maiores de poder e recursos financeiros, ou em outras, é um departamento independente que conta com recursos próprios ao longo do ano.

A seguir, encontra-se descrito alguns tipos de vínculos que o setor responsável pela gestão do esporte nas universidades possui com o setor administrativo geral de sua respectiva instituição, segundo Toledo, (2006) *apud* Mandarino, (2013).

INSTITUIÇÕES	TIPO DE VÍNCULO COM A IES
Universidade Paulista UNIP	Subordinado à Pró-Reitoria de Planejamento Administração e finanças.
Universidade Salgado de Oliveira UNIVERSO	Subordinado à Coordenação Geral, mas também encaminha projetos diretamente aos donos da IES.
União Pioneira de Integração Social UPIS	Subordinado à Pró-Reitoria de Planejamento Administração e finanças.
Centro Universitário do Distrito Federal UNIDF	Subordinado à Pró-Reitoria de Planejamento, Administração e finanças.
Centro Universitário Augusto Motta UNISUAM	Subordinado à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários
Universidade Mackenzie MACKENZIE	Subordinado à Pró-Reitoria de Planejamento, Administração e finanças.
Centro Universitário Sant'Anna UNISANT'ANNA	A A.A.A. se reporta diretamente à Reitoria.
Universidade Federal do Pará UFPA	Integra o organograma oficial da IES
Centro Universitário Vila Velha UVV	Não tem vínculo específico. Apenas o diretor de esportes se reporta à Direção.
Faculdade Maurício de Nassau MAURÍCIO DE NASSAU	Presta satisfações ao vice-diretor e ao diretor-geral da instituição.

Quadro 12: Tipos de vínculos dos setores de esporte com as IES
(TOLEDO, 2006 *apud* MANDARINO, 2013) (BARBOSA, 2017)

Ainda sobre esta forma de análise, Barbosa (2017) em seu estudo apresentou sobre outras 6 IESs, neste caso todas públicas, os tipos de gestão e vínculos

estabelecidos entre os setores responsáveis pela administração do esporte e as IESs, de modo que:

MODELO DE GESTÃO		SETOR RESPONSÁVEL
IES 01	Discente (responsabilidade de Associações Atléticas Acadêmicas - AAA)	Associação Atlética Acadêmica Central
IES 02	Discente (responsabilidade de Associações Atléticas Acadêmicas - AAA)	Associação Atlética Acadêmica Central
IES 03	Institucional (responsabilidade de um setor institucionalizado da IES)	Diretoria
IES 04	Institucional (responsabilidade de um setor institucionalizado da IES)	Superintendência
IES 05	Institucional (responsabilidade de um setor institucionalizado da IES)	Coordenadoria
IES 06	Misto (responsabilidade de um setor da IES que gerencia diversas AAA)	Coordenadoria

Quadro 13: Relação dos modelos de gestão do esporte e o setor responsável.
(BARBOSA, 2017)

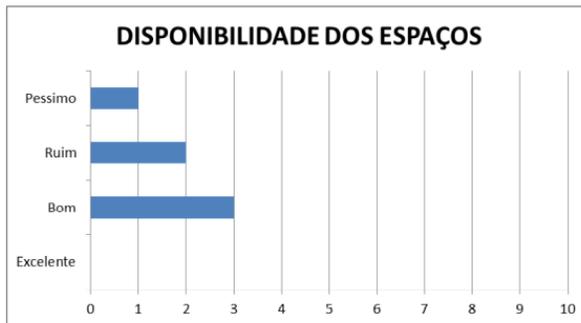
Desse modo, os dados anteriormente apresentados nos Quadros 12 e 13, indicam uma indefinição da forma que a entidade responsável pela gestão está vinculada a instituição.

Ainda no estudo de Barbosa (2017), o autor faz um levantamento dos espaços esportivos disponíveis, observado os tipos, a disponibilidade e o estado de conservação. Os dados encontrados foram:

ESPAÇO FÍSICO	IES					
	A	B	C	D	E	F
Ginásio poliesportivo (com cobertura)	2	1	0	1	0	2
Quadra poliesportiva (sem cobertura)	0	0	0	2	1	5
Quadra poliesportiva (com cobertura)	0	2	0	0	1	0
Quadra para Vôlei de areia	0	0	0	1	1	0
Pista oficial de atletismo	1	1	0	0	0	1
Campo oficial de futebol	1	1	0	1	0	1
Piscina (50m)	0	0	0	0	0	1
Piscina (25m)	1	1	0	1	1	0
Piscina com dimensões reduzidas	0	1	0	0	0	0
Sala de Xadrez	1	0	0	1	0	0
Sala de Lutas	1	0	0	1	0	0
Sala de Musculação	0	1	0	1	0	0
TOTAL DE ESPAÇOS	7	8	0	9	4	10

Quadro 14: Relação de estrutura física para à prática de esportes encontrada nas IES.
(BARBOSA,2017)

Em relação à disponibilidade e estado de conservação:



Quadro 15: Nível de disponibilidade de espaços. (BARBOSA, 2017)



Quadro 16: Nível de conservação dos espaços esportivos. (BARBOSA, 2017)

Segundo Veloso (2005), a existência de instalações esportivas, de certa forma, permite com que o aluno desenvolva um sentimento de pertencimento e uma identidade para com a IES e com a cidade, sendo assim, um grande motivo para manter a boa qualidade dos espaços.

Além dos tipos, disponibilidade e estado de conservação dos espaços esportivos, é importante analisar quais projetos esportivos são desenvolvidos, já que muitos estudantes se identificam com o esporte na forma não competitiva, e sob o olhar de utilização do esporte como ferramenta nas políticas de permanência estudantil, projetos que englobem todas as formas de prática desportiva são importantes para alcançar esse objetivo, pensando na diversidade e qualidade ao serem oferecidos.

Segundo Colaço e Fleck (2009), o esporte nas universidades deve ser inserido como prestação de serviços, desenvolvendo práticas recreativas e competitivas para os alunos. Portanto, além de serem desenvolvidas na forma de lazer, podem ser vistas como uma atuação semiprofissional dos atletas, incentivados através da concessão de bolsas de estudos e de assistência estudantil (bolsa-atleta). (BARBOSA, 2017)

5.1.3 Interferências do Estado: Legislação e Financiamento

Precursor na regulamentação do Esporte no Brasil, o Decreto-lei Nº 3.617 de setembro de 1941, conferido pelo então presidente Getúlio Vargas, estabelece as bases de organização do desporto universitário brasileiro (STAREPRAVO *et al.* 2010) Neste decreto, oficializaram-se os primeiros Jogos Universitários Brasileiros (JUB's) e

instituiu-se a criação da Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU), das Federações Universitárias Estaduais (FUEs) e as Associações Atléticas Acadêmicas (A.A.A.).

Sancionada pelo Ex-presidente Michel Temer em 12 de dezembro de 2018, a Lei nº 13.756 destina, da arrecadação total das loterias da Caixa Econômica Federal, 0,11% para a CBDU, que antes recebia 0,19%.

Segundo o Ministério do Esporte (2016), a Lei de Incentivo ao Esporte (Nº. Lei 11.438/2006) permite que empresas e pessoas físicas invistam parte do que pagariam de Imposto de Renda em projetos esportivos aprovados pelo Ministério do Esporte. As empresas podem investir até 2% desse valor e as pessoas físicas, até 7% do imposto devido, de acordo com alterações feitas em 2022. Ou seja, esta lei promove uma cooperação entre os poderes públicos e as organizações privadas para a sua adoção e promoção.

O Bolsa Atleta foi criado com a finalidade de garantir condições mínimas aos atletas para que se dediquem de forma prioritária ao treinamento e competições nacionais, continentais e mundiais. Atualmente, são seis categorias de bolsa oferecidas pelo programa: Atleta de Base, Estudantil, Nacional, Internacional, Olímpico/Paralímpico e Atleta Pódio. (CBDU)

Anualmente, mais de seis mil atletas são patrocinados pelo Governo Federal. Mais de 87 mil bolsas já foram concedidas desde 2005, sendo o Bolsa Atleta o maior programa de patrocínio individual para atletas do mundo. (CBDU)

A Categoria Estudantil é a categoria inicial do programa destinada aos atletas de modalidades olímpicas e paralímpicas que integram os Jogos Universitários Brasileiro. Em 2022, 241 atletas de todo o país foram contemplados nesta categoria. (CBDU)

O Programa Segundo Tempo (PST) é desenvolvido pela Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania, o qual visa oferecer atividades de múltiplas vivências esportivas para estudantes de diversas faixas etárias, no contraturno escolar. O programa é dividido em três vertentes: Padrão – crianças e adolescentes de 6 a 17 anos; Paradesporto – pessoas com deficiência a partir de 6 anos de idade; e universitário – discentes de universidades. (Ministério do Esporte)

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO

6.1 Críticas ao Esporte Universitário

Neste momento, diante as informações contempladas anteriormente em relação ao tema, será estabelecida uma síntese do conteúdo, dialogando com algumas críticas feitas pelos autores que referenciaram este trabalho e inferências por mim aplicadas.

No primeiro momento, introduziu-se o tema através das perspectivas de construção do esporte moderno, citando a importância do movimento olímpico na consolidação dos modelos esportivos de competição e popularização dessa cultura pelo mundo. O setor esportivo estabeleceu a forma de rendimento como sua “área de negócios”, o que conseqüentemente gerou uma pirâmide do esporte, onde o rendimento oferece os principais, modelos para as práticas de lazer e educacionais.

Rapidamente o resultado esportivo em competições oficiais entre países se tornou uma forma de afirmação da pátria, representando de forma simbólica a soberania do país. Por isso que, os Estados do mundo todo institucionalizaram o esporte e desenvolveram políticas públicas a fim de incluí-lo como nova cultura e área econômica.

Na formulação desse setor, as instituições de ensino foram inseridas desde o seu princípio, com o intuito de estabelecer a cultura através da educação de forma massiva, e por isso, o esporte se fez presente nas escolas e nas universidades. O desenvolvimento do setor esportivo proporcionou um aumento pela busca da prática competitiva, de modo que os estudantes se organizassem para realizar suas próprias competições. Foi daí que surgiram as competições universitárias e as entidades de organização do esporte.

Da mesma forma que os jogos olímpicos significam para os países uma forma de representação simbólica de soberania, os jogos universitários representam para as universidades uma forma de reconhecimento simbólico de qualidade da instituição.

No Brasil, o esporte no geral foi muito afetado pela política ditatorial do século XIX, de modo que não houvesse muitas aberturas para o setor esportivo se

desenvolver. Enquanto na década de 50 os EUA instalavam uma política pública de isenção de impostos da iniciativa privada para fomento do esporte, o Brasil foi adotar uma medida semelhante apenas no século XXI, e isso pode ser um indicativo do porquê o setor esportivo no Brasil ainda parece estar em uma fase inicial de estruturamento.

Não só isso, mas outros indicativos foram apresentados ao longo do estudo do porquê o esporte, em especial o universitário, encontra tantas dificuldades de ser adotada como uma cultura popular no país. A seguir, serão apresentadas perspectivas através da visão dos autores contemplados no estudo.

O primeiro problema, apresentado por Barbosa (2017), depois de uma breve síntese sobre o Esporte Universitário no Brasil, refere-se a sua real definição e objetivos quanto a sua prática. Portanto, surge um questionamento: dentro das IES brasileiras, a prática de esportes pelos acadêmicos é definida como Esporte-Educacional (aprendizado de alguma modalidade), Esporte-Desempenho (treinamento periodizado priorizando a seletividade) ou Esporte-Participação (prática esportiva livre visando o lazer e a integração entre os alunos)? Enfim, uma das particularidades deste eixo esportivo é que suas três formas de atuação podem ser encontradas nas universidades (BARBOSA, 2017).

O próprio autor na formulação de sua pergunta acaba por respondê-la, a real definição do eixo esportivo universitário e seus objetivos é que a prática desportiva universitária deve ser contemplada pela gestão institucional nas suas 3 formas, já que ambas estão presentes na comunidade acadêmica.

Barbosa (2017) também diz que atualmente, não existe uma política pública no Brasil que defina para as IES o seu planejamento, objetivos, diretrizes e formas de financiamento para o esporte universitário. Caracteriza-se, portanto um segundo problema: a falta de uma política pública que dê embasamento para o crescimento organizado deste eixo esportivo.

De fato, não é possível encontrar políticas públicas que determinem a forma de estruturar os modelos e estratégias do esporte universitário nas IESs, as razões disso podem estar relacionadas com a falta de representantes na política brasileira.

Entretanto, se pode encontrar algumas ações do Estado que complementam o desenvolvimento do setor de forma positiva, como visto anteriormente no tópico 5.1.3 (Interferências do Estado: Legislação e Financiamento).

Toledo (2006) fala do papel do Estado, dizendo que deveria ser o de fomentador, planejador e executor de atividades para o esporte universitário. Porém, alguns estudos mostram que dentro das IES públicas prevalece uma gestão do esporte sob total responsabilidade dos alunos, por meio das A.A.A., entretanto com pouco apoio e respaldo das Administrações Superiores.

A forma que o Estado não estabelece normas mais específicas para a gestão do esporte pelas universidades, enquanto ao mesmo tempo restringe as ações e disponibilidade de recursos aos setores administrativos das instituições públicas, faz com que um cenário onde o esporte é colocado ao final da lista de prioridades se crie, de modo que as A.A.A.s sejam responsáveis por mantê-lo vivo. Um indicativo que também pode estar relacionado à essa posição do esporte fora das prioridades institucionais é a de que faltam representantes ocupando cargos internos, no caso, pessoas que valorizam e busquem o desenvolvimento do esporte universitário. A seguir, mais questões levantadas pelos autores são apresentadas que condizem com o que foi inferido neste parágrafo.

Em uma pesquisa realizada em 10 universidades mineiras, Barbosa (2014), identificou que o maior problema não é o espaço físico para a prática dos treinamentos. Os gestores entrevistados no geral consideram que suas estruturas são satisfatórias, porém, ainda temos situações graves, sem estrutura mínima para a realização dos projetos. O que se percebe nestes casos é que a falta de incentivo ao esporte por parte da administração da IES pode acontecer em virtude dos modelos de gestão esportiva que ainda seguem a legislação da época de Getúlio Vargas, que em 1941, instituiu as Associações Atléticas Acadêmicas (A.A.A) como responsáveis pelos projetos esportivos nas IES. O papel do aluno não é captar recursos, organizar e divulgar o esporte na universidade, e sim mobilizar e participar dos projetos executados por um setor profissionalizado ligado a administração (BARBOSA, 2017).

Ainda sobre este estudo, das dez universidades analisadas em Minas Gerais, somente três possuíam o modelo de gestão institucionalizado (setores esportivos com

profissionais concursados ou contratados), e são universidades públicas. Ou seja, a grande maioria ainda depende do trabalho voluntário das A.A.A que, além de tudo, são abarcadas pela falta de prestígio e recursos perante sua administração superior (BARBOSA, 2017).

Segundo Sarmiento (2002) *apud* Rios (2015), não podemos confundir o papel das A.A.A.s e das Diretorias de Esportes das IES. Cada uma tem o seu papel definido. Enfim, as A.A.A.s têm o papel de facilitar a comunicação entre a Diretoria de Esportes e os alunos, promover e incentivar a prática de esportes dentro do curso que representa. Já a Diretoria de Esporte é responsável por proporcionar projetos esportivos para atender a demanda dos alunos, cuidando de toda organização. Portanto, a função da AAA é participação e da Diretoria de Esportes é a de promoção dos projetos esportivos e ambos devem “trabalhar em conjunto”. (BARBOSA, 2017).

Por fim, não foram trazidas questões a respeito da gestão da CBDU e das FUEs pelo fato de que após décadas de reformulações e novas estratégias, as entidades finalmente parecem ter encontrado os moldes que servirão para estabelecer seus desenvolvimentos. Mesmo ainda sendo financiado pelo Estado, a CBDU tem organizado eventos cada vez melhores com mais participantes e níveis maiores de competição, com estruturas de alto nível, organização profissional, e principalmente, dispondo de estratégias que se assemelham ao modelo estadunidense, através da busca de grandes parceiros e patrocinadores, estratégias de publicidade e a configuração de transmissões dos jogos.

6.2 Instituições Observadas

Serão apresentados os resultados e conseqüentemente as discussões dos dados coletados. Como já explicitado nos Procedimentos Metodológicos, foi feita uma revisão de literatura referente às IES contempladas neste estudo, buscando suas características e modelos de gestão em relação ao cenário da prática desportiva universitária.

Considerando a observação empírica das instituições apontadas na metodologia envolvidas nos eventos competitivos universitários, busquei nos sites oficiais informações pertinentes para entender seus modelos de gestão para a prática

desportiva. A seguir apresenta-se algumas informações sobre as IESs selecionadas, em seguida uma análise e discussão sobre algumas características referentes a gestão do esporte em cada uma delas.

Universidade Paulista – UNIP

A UNIP é uma IES privada, possui 27 Campi com mais de 220 mil alunos matriculados, oferecendo mais de 80 cursos de graduação. Além de programas de pós-graduação, mestrado e doutorado, também estabelece uma parceria/convênio com o colégio Objetivo de educação básica. desportivos das modalidades desenvolvidas. Em seu portal oficial, é possível encontrar seu estatuto e regimento geral como documentos administrativos, outros como organograma, PDI e financeiro não são expostos.

Em relação ao desenvolvimento do esporte, é previsto em seu regimento como função de sua Diretoria Comunitária. Vinculada a ela, a instituição possui o Departamento de Esportes – Atlética UNIP, um setor específico para organizar e promover a prática esportiva de todas as unidades da instituição. Sua diretoria é composta por 4 cargos institucionais, que são: diretor geral de esportes, diretor de esportes educacionais e rendimento, gerente de esportes e assistente de coordenação, além dos técnicos desportivos.

As estratégias de gestão identificadas consistem na promoção de torneios esportivos internos de caráter recreativo com o intuito de integração acadêmica, e programas de treinamento de equipes de rendimento em mais de 30 modalidades nas categorias masculina, feminina e paradesportiva para representação em competições externas. Não foram encontrados outros tipos de programas que são desenvolvidos em relação ao esporte em seu portal.

Contudo, constatou-se que a IES tem alcançado resultados expressivos em relação ao JUBs, com 15 títulos nacionais consecutivos até o ano de 2019. Conta com hall da fama repleto de atletas que representaram o país em competições oficiais, como por exemplo: Arthur Nory (Ginástica), Rafael Silva “Baby” (Judô), Alison dos Santos “Piu” (Atletismo), Maurren Maggi (Atletismo) e muitos outros. A atlética também possui parceiros e patrocinadores, como o Sport Club Corinthians Paulista, Esporte Clube Pinheiros, Club Athletico Paulistano, e outros.

Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI

A UNIFEI é uma universidade federal pública, que possui 2 campi onde oferece 27 cursos, sendo a grande maioria da área de desenvolvimento tecnológico, além de oferecer programas de pós-graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado, possuindo cerca de 8 mil estudantes matriculados.

Sobre o esporte, seu estatuto e regimento preveem que as atividades esportivas serão deliberadas, normatizadas e consultadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, e sua promoção é feita através de projetos de extensão, sendo direito de todos seus alunos participarem.

Mesmo a universidade não possuindo cursos relacionados à educação física, os moldes administrativos garantem a existência de programas esportivos. Além disso, para executar esses programas, se instituiu o Centro de Educação Física – CEFE, que é um setor específico vinculado a Diretoria de Saúde e Qualidade de Vida da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. No Plano de Desenvolvimento Institucional, é descrito como objetivo o aperfeiçoamento das ações de saúde e esporte para melhoria da qualidade de vida, através de 5 metas estabelecidas que consistem em realizar melhorias nos espaços esportivos, aumento do número de serviços esportivos e vagas oferecidas e atender as demandas físico-esportivas dos clientes do CEFE.

O CEFE possui 8 membros em sua equipe de trabalho, sendo 2 assistentes administrativos, 4 técnicos desportivos e 2 estagiários. Suas diretrizes políticas são: Priorizar ações focadas na saúde e na qualidade de vida sobre outras possíveis frentes de atuação em Educação Física e Esportes; priorizar ações destinadas à comunidade UNIFEI (discentes e servidores), priorizando-se, ainda, a comunidade discente sobre a comunidade de servidores (técnicos-administrativos e docentes). priorizar a realização de eventos esportivos internos sobre a participação em eventos externos; quando da participação em eventos externos, a UNIFEI priorizará aqueles regidos pelas Federações Estaduais e Nacionais do Desporto Universitário.

Diante disso, são oferecidos mais de 20 projetos físico-esportivos recreativos, que atendem os estudantes, docentes e servidores. Como exemplo, tem-se projetos de

avaliação física, treinamento funcional, academia ao ar livre, musculação, diversas lutas, esportes coletivos e individuais, ginástica e outros. Em relação aos projetos esportivos competitivos, são 14 modalidades contempladas com programas de treinamento.

Outros serviços são prestados pelo CEFE além dos projetos esportivos, como por exemplo a Revista CEFE NEWS, que traz conteúdo mensal relacionado à Educação Física e aos Esportes, com orientação, entretenimento e dados sobre a prestação de serviços realizados pelo setor de esportes da UNIFEI. Disponibilizam-se, também, produções científicas originárias de estudos realizados pelos servidores do CEFE e/ou apoiadas por meio de auxílio/orientação dos Técnicos Desportivos; por meio da coleta de dados com usuários do CEFE; e/ou por meio da utilização de instrumentos e equipamentos do CEFE. Por fim, o canal do CEFE no youtube foi criado para orientar remotamente sobre educação física, registrar fatos históricos e criar meios de integração e comunicação da comunidade.

Além da existência do CEFE e sua atuação, o esporte na universidade também conta com a Associação Atlética Acadêmica da Universidade Federal de Itajubá (AAAUNIFEI) e Associação Atlética Acadêmica da Universidade Federal de Itajubá Campus Itabira (AAUI), que contribuem promovendo eventos esportivos de caráter intra e interuniversitário com o objetivo de difundir a cultura esportiva, festas e confraternizações com o intuito da integração entre os atletas e os times, além de gerar receita para investimentos no esporte na Universidade.

Universidade Federal de Viçosa – UFV

A Universidade Federal de Viçosa (UFV) é uma das mais antigas instituições de ensino superior do Brasil. Ela foi inaugurada como Escola Superior de Agricultura e Veterinária (Esav), em 28 de agosto de 1926. A Esav foi transformada em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (Uremg), em 1948, e federalizada, como UFV, em 1969. Além do *campus* localizado na cidade de Viçosa, a Universidade possui, desde 2006, os *campi* UFV – Florestal e UFV – Rio Paranaíba, localizados em Florestal (MG) e em Rio Paranaíba (MG), respectivamente.

No que diz respeito as manifestações esportivas, o regimento prevê como direito dos estudantes, e suas realizações são consideradas atividades de extensão. Entretanto, é a Pro-Reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC) que tem por objetivo institucional aprimorar as políticas de saúde, esporte e lazer para melhoria de qualidade de vida da comunidade universitário, para isso conta com 7 metas, sendo 2 direcionadas para o esporte e lazer, que consistem basicamente em ampliar a infraestrutura e o número de participações nos programas, projetos e eventos de esporte e lazer. A Divisão de Esporte e Lazer é o órgão responsável em gerir, organizar, incentivar e apoiar o desenvolvimento de atividades físicas, esportivas e de lazer na comunidade acadêmica, através de ações próprias e diferenciadas.

Na UFV são centenas de projetos, programas, eventos, cursos, pesquisas, sendo realizados no quesito educação física, esporte e lazer que atendem a comunidade acadêmica e a população da comunidade no geral. Isso é possível devido ao grande número de setores em ambos os campi que promovem essas práticas, vale destacar o compromisso dos responsáveis em desenvolver esses projetos com o bem-estar social da comunidade e com a produção e desenvolvimento científico.

Os programas de treinamento esportivo para rendimento e representação dos campi em competições oficiais são desenvolvidos pelas Associações Atléticas Acadêmicas de cada campus, que compõem suas diretorias e comissões técnicas com estudantes, que ficam encarregados de organizar e aplicar os treinamentos, captar recursos para as despesas com uniformes, inscrições, transporte, alojamento e alimentação e outra demandas que surgem ao longo do ano.

Desse modo, o quadro a seguir mostra os dados coletados referente a algumas características básicas das instituições e alguns de seus aspectos de gestão do esporte.

Características Básicas e de Gestão	IES		
	UNIP	UNIFEI	UFV
Tipo de IES	Privada	Pública	Pública
Quantidade de Campi	27	2	3
Nível de Estrutura Esportiva	Médio/Alto	Médio/Baixo	Médio
Quantidade de Alunos	220 mil	8 mil	20 mil
Modelo de Gestão	Institucional	Institucional	Discente
Vínculo com a IES	Subordinado à Diretoria Comunitária	Subordinado à Diretoria de Saúde e Qualidade de Vida da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	Subordinado à Divisão de Esportes e Lazer da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários
Participação em Conselho Superior	Sim	Sim	Não
Ferramentas de Gestão	Mídias sociais; portal institucional; marketing; busca de parcerias	Mídias sociais; portal institucional; eventos e projetos; busca de parcerias	Mídias sociais; eventos; busca de parcerias

Fonte: Próprio autor Quadro 17: Características básicas e gestão

Em seguida serão apresentados em blocos as discussões sobre cada IES.

Universidade Paulista - UNIP

Evidentemente que o patamar esportivo em que se encontra a IES não se deve apenas pelos modelos e estratégias de gestão utilizados, mas sim pelo fato de se tratar de uma instituição privada com maior liberdade e autonomia administrativa. Entretanto, alguns fatores apresentados podem ser utilizados como referências na elaboração de estratégias de desenvolvimento esportivo em IES públicas, como a organização da diretoria e a criação de um setor específico, a busca por patrocinadores e colaboradores, a utilização do marketing digital e de portais de comunicação próprios, e a busca de convênios com instituições de ensino básico.

Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI

Mesmo tendo suas ações iniciadas em 2013, o CEFE já alcançou resultados expressivos em relação aos seus objetivos e da universidade, e oferece hoje modelos

de gestão eficientes que podem servir como referências para outras universidades públicas, principalmente que não possuem cursos relacionados à Educação Física.

Universidade Federal de Viçosa – UFV

Diferente das anteriores, essa IES utiliza um modelo de gestão esportiva descentralizado, ou seja, a organização é distribuída entre vários setores, sendo assim a que mais oferece programas de desenvolvimento esportivo. A utilização das A.A.A. para organizar os programas de treinamento esportivo é, de acordo com Sarmento (2002) *apud* Rios (2015), a forma incorreta de conduzir esse tipo de prática, pois segundo eles, não podemos confundir o papel das A.A.A.s e das Diretorias de Esportes das IES pois cada uma tem o seu papel definido. Portanto, a função da A.A.A. é participação e da Diretoria de Esportes é a de promoção dos projetos esportivos e ambos devem “trabalhar em conjunto”.

Por fim, um aspecto muito importante para o desenvolvimento das práticas desportivas universitárias de rendimento é a captação de recursos. Dentre as IES verificadas, não se encontrou nenhuma forma bem estabelecida de arrecadação monetária, que além de servir para custear as despesas anuais dos programas de treinamento e demandas de competições, pode ser usado para melhorar a qualidade das estruturas e serviços da própria IES. Por exemplo, uma A.A.A. que possui um registro civil como entidade de direito privado sem-fins lucrativos, pode captar recursos através da Lei de Incentivo ao Esporte para financiar um projeto de reforma de alguma área do complexo esportivo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os estudos revisados pode-se concluir que a gestão universitária carece de leis mais específicas, pois não existe uma normatização sobre a gestão do esporte nas universidades que contemplem as práticas diferenciando-as de acordo com suas formas, o que permite que as IESs determinem qual a importância da prática competitiva de esportes e como vão incluí-la em seus modelos de gestão institucional.

Quando administrados por setores específicos, os programas de treinamento nas universidades parecem ser mais organizados e eficientes, mas na verdade isso não

quer dizer que o mesmo não pode ocorrer nos modelos de gestão de discentes, porém é necessário que se estabeleça uma comunicação entre A.A.A. e instituição, no sentido de atender as demandas e compartilhar os interesses, cooperando na busca dos objetivos.

Além disso, pressupõe-se que, mesmo sabendo da importância de estruturas esportivas e laboratoriais para o desenvolvimento de projetos esportivos, sejam de treinamento, recreação, ensino, pesquisa e/ou extensão, a qualidade destes depende também está relacionado com a forma de como esses são geridos e oferecidos mediante a diversidades.

É importante considerarmos que mesmo que ocorra a implantação de normas administrativas de gestão institucional para o esporte universitário, é preciso também analisar o cenário de formação dos gestores esportivos no Brasil, sendo necessários estudos qualitativos e quantitativos para entender qual a realidade encontrada no país. Outro aspecto a ser estudado é o de porque o esporte universitário não é inserido aos meios de comunicação de massa, como redes televisivas e plataformas de streaming, já que estes contemplam tantos outros eventos esportivos. Por fim, se carece de estudos que investiguem como as entidades de administração do desporto universitário e entidades de representação estudantil estabelecem suas estratégias de captação de recursos e publicidade.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. R. C. **Desporto Universitário**: Um estudo de caso na Universidade Federal do Acre. Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto, Porto, Portugal. 2008.

BARBOSA, C. G. **A gestão pública do esporte universitário brasileiro**: a bola não deve entrar por acaso. Tese de doutorado. Instituto de Biociências, UNESP, Rio Claro, São Paulo. -, 2017 95 f.

BARBOSA, C. G. **Liderança na gestão do esporte universitário**: proposta da criação de uma rede de dados. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias). Instituto de Biociências, UNESP, Rio Claro, São Paulo. 2014.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: Um manual prático. 1ª edição. Petrópolis-RJ. Editora Vozes, 2002.

BRACHT, V. **Sociologia crítica do esporte**: uma introdução. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2005.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.617, de 15 de setembro de 1941. Presidência da República, Brasília. Estabelece as bases de organização dos desportos universitários. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3617.htm>. Acesso em 28 de novembro de 2022.

BRASIL. Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006. Presidência da República, Brasília. Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11438.htm>. Acesso em 28 de novembro de 2022.

BRASIL. Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominadas apostas de quota fixa. Presidência da República, Brasília. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13756.htm#art37>. Acesso em 28 de novembro de 2022.

BRASIL. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Presidência da República, Brasília. Institui normas gerais sobre esporte e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9615consol.htm>. Acesso em 28 de novembro de 2022.

CBDU. Confederação Brasileira de Desporto Universitário. Disponível em: <<https://www.cbdu.org.br>>. Acesso em: 5 de dezembro. 2022.

COB. Comitê Olímpico do Brasil. Disponível em: <<https://www.cob.org.br/pt/>>. Acesso em: 5 de dezembro. 2022.

COLAÇO, C. P. FLECK, L. A. Estratégias do desporto universitário: um estudo de caso sobre o desporto em universidades portuguesas. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**. Vol.9, n.2, pp.68-75, 2009.

FERREIRA, R. L. Políticas para o esporte de alto rendimento. Estudo comparativo de alguns sistemas esportivos nacionais visando um contributo para o Brasil. XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (Conbrace) e o II Congresso Internacional de Ciências do Esporte (Conic). Comunicação Oral. Pernambuco, 2007.

FISU. International University Sports Federation. Disponível em: <<https://www.fisu.net>>. Acesso em: 5 de dezembro. 2022.

FRANCO, M. L. P. B. **Ensino Médio: desafios e reflexões**. Campinas, Editora Papirus, 1994.

GALBRAITH, Jay R. *et al.* **Designing organizations**: an executive guide to strategy. Structure, v. 197, 2011.

GERHARDT T. E.; SILVEIRA D. T. Métodos de Pesquisa. **Editora da UFRGS**, Porto Alegre, 2009.

GOMES, A. B. Políticas Públicas de Incentivo ao Esporte Universitário e de Alto Rendimento no Brasil: Reflexões e Comparações. Universidade Del Norte, Assunção, Paraguai, 2014.

IOC. International Olympic Committee. Disponível em: <<https://olympics.com/ioc/overview>>. Acesso em: 5 de dezembro. 2022.

JANUÁRIO, C. F., SARMENTO, J. P., CARVALHO, M. J. Políticas públicas desportivas: “desporto para todos” vs “desporto de elite”. **Revista Portuguesa de Ciência do Desporto**, edição 10, p. 31-48, Portugal, 2009.

MANDARINO, J. D. et al. Esporte e marketing nas IES: o caso dos gestores participantes das olimpíadas universitárias. SALUSVITA, Bauru, v. 32, n. 1, p. 63-85, 2013.

NCAA. National Collegiate Athletic Association. Disponível em: <<https://www.ncaa.org/index.aspx>>. Acesso em: 5 de dezembro. 2022.

PARENTE, F. M. S. **Oferta e procura desportiva dos estudantes do ensino superior** - Estudo Realizado com os alunos do 1o ano da Universidade do Minho. Dissertação de Mestrado em estudos da criança. Universidade do Minho, Minho, 2011.

RIOS, S. M. D. G. **Gestão do desporto universitário**: Relatório de estágio profissionalizante no Centro de Desporto da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado em Gestão Desportiva. Universidade do Porto, Portugal, 2015.

SARMENTO, J. P. Desporto no ensino superior público. Desporto Universitário, Porto. Associação dos Estudantes, 2002.

STAREPRAVO F. A.; REIS L. J. A.; MEZZADRI F. M.; MARCHI JÚNIOR W. O esporte universitário no Brasil: uma interpretação a partir da legislação esportiva. **Revista Esporte e Sociedade**. ano 5, n.14. 2010

TOLEDO, R. Gestão do esporte universitário: uma importante estratégia de marketing para as universidades. 1ª edição. **São Paulo. Editora Aleph**, 2006.

UNIFEI. Universidade Federal de Itajubá. Disponível em: <<https://unifei.edu.br>>. Acesso em: 5 de dezembro. 2022.

UNIP. Universidade Paulista. Disponível em: <<https://www.unip.br>>. Acesso em: 5 de dezembro. 2022.

UFV. Universidade Federal de Viçosa. Disponível em: <<https://www.ufv.br>>. Acesso em: 5 de dezembro. 2022.

VELOSO, T. **Projeto de desenvolvimento do desporto universitário de competição, exemplo a Universidade do Porto**. Dissertação de Mestrado em Gestão Desportiva. Universidade do Porto, Portugal, 2005.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa. **São Paulo: Atlas**, 2006.

XAVIER, L. *et al.* Gestão do Esporte Universitário no Brasil e nos EUA. **Revista de Gestão e Negócios do Esporte (RGNE)**, v. 4, n. 1, p. 32-47, 2019.